



**ARBITRAGEM DE ACORDO COM O REGULAMENTO DO CENTRO DE ARBITRAGEM E  
MEDIAÇÃO DA CÂMARA DE COMÉRCIO BRASIL-CANADÁ**

Procedimento Arbitral CAM-CCBC nº 64/2019/SEC7

VIABAHIA Concessionária de Rodovias S.A  
("VIABAHIA" ou "Requerente")

vs.

Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT  
("ANTT" ou "Requerida")

São Paulo, 25 de junho de 2021.

---

**Petição 16 da Requerente -  
Fato novo relevante para o Pedido  
Cautelar da Requerente**

---

Advogados da Requerente:

MAMG Advogados

1. Tendo em vista que a Medida Cautelar requerida por meio da Petição 12 da Requerente está, neste momento, sob apreciação deste Tribunal Arbitral, a VIABAHIA vem informar a ocorrência de um **fato novo** que, infelizmente, exige a consideração deste Tribunal Arbitral para formação de sua cognição sumária.
2. Conforme anunciado pela VIABAHIA em sua apresentação oral feita em audiência, está em curso uma verdadeira campanha difamatória, orquestrada pelo Ministro da Infraestrutura e com a participação da ANTT.
3. Em audiência, a VIABAHIA tratou das duas matérias divulgadas na imprensa, que já havia juntado à sua petição de tutela de urgência, e também denunciou a campanha difamatória perpetrada, inclusive, por representantes da ANTT, em matéria de noticiário da TV baiana que agora é aqui anexada (**RTE-499**), mais adiante comentada.
4. Pois ocorreu que, na sequência de tal campanha, no último 22 de junho, o Ministro da Infraestrutura Tarcísio Gomes de Freitas ("Ministro") participou de uma audiência pública na Comissão de Fiscalização Financeira e Controle da Câmara dos Deputados, a qual foi transmitida integralmente no canal do YouTube da Câmara dos Deputados<sup>1</sup> (**RTE-497**).
5. Próximo ao encerramento da sessão, o Deputado Zé Neto (PT-BA) questionou o Ministro sobre a necessidade de se promover a reavaliação quinquenal da Concessão da VIABAHIA, considerando a relevância deste mecanismo de revisão contratual ampla.
6. Em resposta, o Ministro se esquivou da questão sobre a Revisão Quinquenal, preferindo dedicar-se a reclamar do Contrato celebrado na gestão anterior do governo federal, dando a entender que o texto seria ruim para ANTT, e ainda **usou do espaço público para dar continuidade ao projeto difamatório contra a VIABAHIA**, já detalhado nesta Arbitragem.
7. Essa campanha política do Ministério da Infraestrutura e da ANTT foi também explorada na Audiência de 15 de junho, oportunidade em que a Requerida negou a existência de qualquer movimentação política em desfavor da Requerente.
8. Ocorre que esta postura negacionista da Requerida foi, mais uma vez, desmascarada pelas declarações públicas do Ministro, que não poupou seu

---

<sup>1</sup> Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=ESyorpF4VLo>. Acessado em 22/06/2021 (com início em 3:45:10 e término em 3:56:51).

discurso de inverdades e ameaças à Requerente, típicas de uma administração despótica.

9. Essas recentes declarações do Ministro estão inseridas no mesmo contexto da discussão travada no âmbito desta Medida Cautelar e, desse modo, devem ser levadas ao conhecimento do Tribunal Arbitral. Desse modo, a Requerente sumariza abaixo os principais elementos do discurso do Ministro em relação à VIABAHIA (**RTE-498**).
10. Conforme já demonstrado pela Requerente em sua Petição 12<sup>2</sup> e reiterado na Audiência de 15 de junho, há um projeto político encabeçado pelo Ministério da Infraestrutura e **viabilizado pela ANTT** para a decretação de caducidade da Concessão em tempo recorde, em detrimento dos direitos contratuais da Requerente e dos mais comezinhos princípios constitucionais e do Direito Administrativo<sup>3</sup>.
11. Em Audiência, a Requerida negou a existência de qualquer processo de caducidade da Concessão em curso, afirmando se tratar de “retórica conspiracionista” da Requerente, porém a última declaração pública do Ministro explicita exatamente o oposto, conforme transcrito abaixo *ipsis litteris* (**RTE-498**, 1:10min-3:50min):

“**Nós estamos com o processo de caducidade em andamento.** (...) Nós temos que ser enérgicos. E nós **estamos firmes no processo de caducidade.** (...) Vamos seguir na caducidade e digo mais, já **estamos planejando, inclusive, uma intervenção na VIABAHIA.** Pode ser o primeiro caso de intervenção federal em uma concessão. De a gente **assumir o controle da concessão e varrer do mapa aquela concessionária lá de dentro.**”  
(grifamos)

12. Como se não bastasse a gravidade da declaração de que seguirá com o processo de caducidade (que, de acordo com a Requerida, não existe), a fala do Ministro inova ao mencionar que o Ministério da Infraestrutura está planejando **promover a intervenção federal na Concessão**. Já se sabe, portanto, que alguém está faltando com a verdade. Resta saber se é o ministro, ou a ANTT.

---

<sup>2</sup> Conforme item IV.B.3. da Petição 12 da Requerente.

<sup>3</sup> Conforme *slide* 38 da Apresentação de PowerPoint da Requerente na Audiência de 15 de junho.

13. Essa intenção, jamais mencionada pela ANTT ou por qualquer autoridade do Poder Concedente, é extremamente alarmante e gravosa, chamando inclusive a atenção das mídias especializadas no setor de infraestrutura<sup>4</sup>.
14. Não resta qualquer dúvida tanto em relação à existência da campanha política em curso, quanto à falácia proferida pela Requerida na Audiência de 15 de junho.
15. Inclusive, essa ameaça de assumir o controle da Concessão toma especial relevo ao se rememorar a *injustificada e misteriosa* visita de Procuradores da ANTT ao Centro de Controle Operacional da VIABAHIA, conforme relatado ao Tribunal Arbitral em Audiência (qualificada pelos próprios procuradores como “visita de rotina”, quando na verdade, em 12 anos de concessão, essa “rotina” jamais havia acontecido até então).
16. Continuando seu discurso demagógico, o Ministro também distorce a proposta de acordo apresentada pela Requerente (conforme denunciado pela VIABAHIA em audiência), limitando-se a dizer apenas que a VIABAHIA teria proposto o aumento súbito da tarifa de pedágio de R\$5,10 (BR-116) e R\$2,90 (BR-324) para R\$ 14,00 (**RTE-498**, 3:09min-3:18min).
17. Esse mesmo discurso populista e falacioso foi levado anteriormente à população baiana por representantes da própria ANTT, instigando o noticiário local a embarcar nesse delírio contra a VIABAHIA (**RTE-499**)<sup>5</sup>, conforme exposto na audiência realizada no último dia 15 de junho.
18. No entanto, esta proposta **nunca foi feita pela VIABAHIA**. Como esclarecido em audiência, esse suposto “aumento da tarifa de pedágio” constava de uma simulação de cálculo que comparava o impacto tarifário da relicitação da Concessão, em relação à recomposição do Contrato, **opção menos onerosa aos usuários das rodovias**.
19. Obviamente, a verdade dos fatos foi ignorada e desconstituída pelo Ministro, assim como a Requerida vem se esforçando para fazer nesta Arbitragem. O discurso do Ministro, aliás, demonstra também o quanto ele está despreocupado com a precisão de suas afirmações, pois chega a mencionar que a Arbitragem tramita “no Canadá”, sede do principal investidor da

---

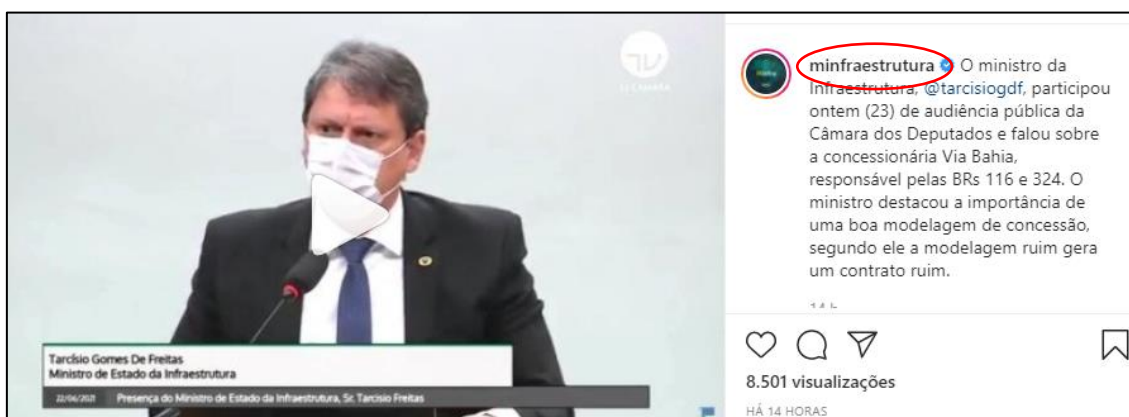
<sup>4</sup> Nesse sentido, vide <https://www.metro1.com.br/noticias/brasil/108390,governo-federal-planeja-intervencao-na-viabahia-diz-ministro.html> e

<https://www.bahianoticias.com.br/municipios/noticia/26039-ministro-preve-intervencao-em-concessionaria-que-administra-estradas-na-bahia.html> Acessados em 23/06/2021

<sup>5</sup> Trata-se de reportagem realizada pelo programa Brasil Urgente Bahia, da rede TV BAND, em 23 de março de 2021 (**RTE-499**), mencionada pela VIABAHIA em audiência.

VIABAHIA, e que, ainda assim, “todas as decisões” até o momento foram favoráveis à ANTT (**RTE-498**, 1:14min-1:35min). É lamentável, para dizer o mínimo.

20. Somadas às falácias que integram o discurso do Ministro, foram também impingidas diversas inverdades sobre a negativa dos pleitos da VIABAHIA submetidos à fictícia Revisão Quinquenal ora em curso.
21. O Ministro afirmou que os pleitos da VIABAHIA foram indeferidos pela ANTT em razão dos supostos índices de inadimplência da Requerente (**RTE-498**, 1:48min-2:00min), o que consiste em pura demagogia falaciosa.
22. Como já foi exposto na Petição 12 da Requerente<sup>6</sup> e devidamente explanado em Audiência, a negativa dos pleitos da VIABAHIA na fictícia Revisão Quinquenal decorreu da **inelegibilidade da VIABAHIA criada pela própria ANTT, por meio da ilegal Resolução 5859**.
23. Por mais uma vez, os alegados índices de inadimplência contratual são utilizados como justificativa genérica para quaisquer abusos de poder praticados contra a VIABAHIA.
24. O que mais chama a atenção, no entanto, e demonstra que a fala do Ministro não foi “de improviso”, mas sim, parte do plano de difamação da VIABAHIA, é que o Ministério da Infraestrutura, com a participação da ANTT, **tomou a iniciativa deliberada de propagar a fala do Ministro, não apenas para as agências de notícia (que a multiplicaram em todos os veículos importantes do país), mas também em posts de sua própria autoria nas mais populares mídias sociais (Instagram, Twitter, LinkedIn e Facebook):**



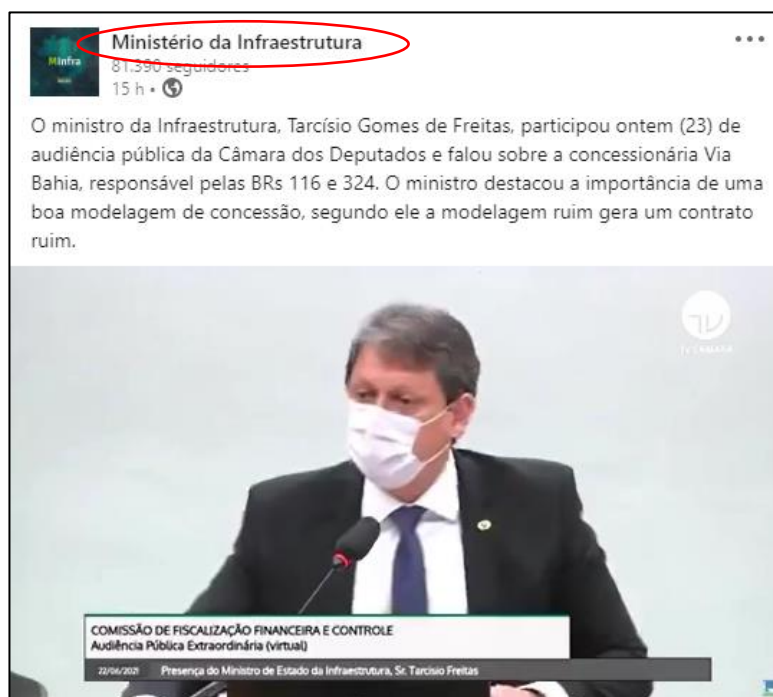
Instagram<sup>7</sup>

<sup>6</sup> Conforme item IV.A.2 da Petição 12 da Requerente.

<sup>7</sup> Vide <https://www.instagram.com/p/CQe-CShFxlq/>



Twitter<sup>8</sup>



LinkedIn<sup>9</sup>

<sup>8</sup> Vide <https://twitter.com/Minfraestrutura/status/1407866071609192448?s=20>

<sup>9</sup> Vide <https://www.linkedin.com/company/infraestruturagovbr/posts/?feedView=all>



**Facebook<sup>10</sup>**

25. Em todas essas postagens sobre a presente Concessão, o Ministério da Infraestrutura fez questão de destacar que **“a modelagem ruim gera um contrato ruim”**.
26. Ou seja, o Poder Concedente declara publicamente que o Contrato celebrado com a VIABAHIA no governo anterior é ruim para a Requerida e, desse modo, pretende sabotar o Contrato no intuito de inviabilizar a continuidade da Concessão e se ver livre da Requerente.
27. Esta é a intenção do Ministério da Infraestrutura operacionalizada pela ANTT! Para que preservar um contrato que não está alinhado com as atuais políticas? Ignore-se a segurança jurídica, ignore-se o compromisso assumido pelo Estado! Acabemos com ele e façamos outro, do nosso jeito!
28. Como se não bastasse essa conduta deplorável do Poder Concedente em suas redes sociais, o próprio Ministro vem incitando a população a debochar da Requerente. Reforçando sua tese de que o Contrato da VIABAHIA é “ruim” , uma vez que sua modelagem e celebração ocorrem na gestão anterior do governo federal, em 2009.

<sup>10</sup> Vide <https://www.facebook.com/189091301132034/posts/5617492858291824/>



Twitter<sup>11</sup>

Destaque especial para o “emoji engraçadinho” do post ao insinuar sua crítica à gestão anterior, e o **riso desbragado do próprio Ministro...** comportamento lastimável da autoridade pública que deveria tratar o assunto com seriedade. Estabeleceu-se o deboche!!!

29. Não restam dúvidas quanto às reais intenções da campanha difamatório promovida pelo Ministério da Infraestrutura e pela ANTT para se livrarem do Contrato da VIABAHIA, conforme sumarizado pelo próprio Ministro (**RTE-498**, 0:06min-0:28min):

**“A VIABAHIA é um caso sério. Pior concessão do Brasil. A gente está travando uma batalha contra ela. E aí a gente vê como é importante fazer uma boa modelagem de concessão. As modelagens ruins geram contratos ruins. E depois para ferrar é um problema.”**

30. O suposto “**problema**” referido na fala do Ministro nada mais é do que esta **Arbitragem**. Se não fosse pela garantia da jurisdição deste Tribunal Arbitral, a

<sup>11</sup> Vide <https://twitter.com/tarcisiogdf/status/1407687330014629898>



“batalha” iniciada pelo Poder Concedente já teria se encerrado. Apenas não se sabe quem seriam os vitoriosos com o fim de uma Concessão deste porte e relevância para o contexto regional e nacional. Certamente, não a população, nem o Estado, nem a VIABAHIA. Nem as famílias que dependem dos salários pagos pela VIABAHIA, numa região carente de empregos de qualidade, muito menos os moradores do entorno, cuja saúde, educação básica e demais serviços municipais dependem dos ISS pago pela VIABAHIA, chegando, em alguns casos, a 80% da receita total do município. Talvez, os líderes políticos do momento, desatentos à efemeridade de sua passagem pelo poder e preocupados apenas em sobrepor sua versão de “modelagem” àquelas que foram implementadas por gestões anteriores.

31. Esquecem-se, infelizmente, de que o ESTADO deve ser preservado das vontades políticas “da vez”; que os compromissos assumidos pelo ESTADO devem ser cumpridos até o final, independentemente da dança das cadeiras daqueles que assumem temporariamente o *múnus* público. Esquecem-se também, que uma agência autônoma como a ANTT foi criada para se manter imune a essa dança de cadeiras do poder, garantindo e preservando a impessoalidade e a segurança jurídica dos negócios que celebra e mantendo o ESTADO protegido dos GOVERNOS transitórios. Com isso, perpetuam a sina brasileira de ser sempre “o país do futuro”. Um futuro que nunca chega, pois a instabilidade do ESTADO no cumprimento das obrigações assumidas afasta, cada vez mais, os investidores de que ele tanto precisa para recuperar o atraso de quase MEIO SÉCULO em termos de infraestrutura.
32. A irresponsabilidade do Ministro, e da ANTT, envolvendo a VIABAHIA em seu jogo político-partidário, ignora os efeitos deletérios à imagem da VIABAHIA e de seus acionistas, causando severos e irreversíveis prejuízos a essas empresas, presente e futuros, como por exemplo, a imediata dificuldade de obter garantias de bancos e seguradoras para suas atividades, respaldados nas mentiras do Ministro e da ANTT, com receio de que a concessionária seja “varrida do mapa”.
33. Esses fatos supervenientes **reforçam as evidências do periculum in mora da Medida Cautelar apresentada pela Requerente**. O agravamento constante das ameaças da ANTT torna ainda mais claras suas reais intenções por trás do interesse tardio em realizar a Revisão Quinquenal *pro forma*, nos termos da Resolução 5859.
34. Toda essa campanha política para difamar a VIABAHIA perante os usuários, buscar a decretação de caducidade da Concessão e, agora, planejar a

intervenção federal compõe o cenário de fundo desta Arbitragem e, mais especificamente, da Medida Cautelar ora pleiteada.

35. A VIABAHIA requer, portanto, ao Tribunal Arbitral, que tome em conta esses novos fatos no momento de decidir a respeito da medida de emergência ora sob exame.

36. No mais, a Requerente requer a juntada aos autos do procedimento arbitral o Substabelecimento em nome de Pedro Henrique Magalhães Marcolin (**RTE-500**), representante da VIABAHIA.

Termos em que  
Pede deferimento.

Fernando Marcondes

Rafael Francisco Alves

Alberto Sanz Sogayar

Lígia Espolaor Veronese

Deise da Silva Oliveira

Pedro Henrique  
Magalhães Marcolin

Caiã Lopes Caramori

<b>Manifestações anteriores ao Termo de Arbitragem</b>	
<b>Requerimento de Arbitragem</b>	
<b>Doc.01</b>	Comprovante de pagamento da Taxa de Registro
<b>Doc.02</b>	Instrumentos de mandato – Queiroz Maluf Sociedade de Advogados
<b>Doc.03</b>	Contrato de Concessão
<b>Doc.04</b>	3º Termo Aditivo ao Contrato de Concessão
<b>Manifestação datada de 02/10/2019</b>	
<b>Doc.05</b>	Substabelecimento – L.O. Baptista
<b>Manifestação datada de 27/11/2019</b>	
<b>Doc.06</b>	Cautelar Antecedente
<b>Doc.07</b>	Decisão pelo deferimento da Cautelar Antecedente
<b>Doc.08</b>	Comunicação da Instauração da Arbitragem
<b>Doc.09</b>	Embargos de Declaração da ANTT
<b>Doc.10</b>	Contrarrazões da VIABAHIA aos Embargos de Declaração da ANTT
<b>Doc.11</b>	Ação pelo rito comum com pedido de Antecipação de Tutela nº 1009371-92.2017.4.01.3400
<b>Doc.12</b>	Agravo de Instrumento nº 1003068-43.2018.4.01.0000
<b>Doc.13</b>	Decisão pelo deferimento da antecipação de tutela nos autos do processo nº 1003068-43.2018.4.01.0000
<b>Manifestações posteriores ao Termo de Arbitragem</b>	
<b>Correspondência eletrônica enviada em 13/03/2020</b>	
<b>RTE-001</b>	Substabelecimentos
<b>Petição 1 da Requerente - Pedidos Cautelares e Jurisdição do Tribunal Arbitral</b>	
<b>RTE-002</b>	Contrato de Concessão, assinado em 03 de setembro de 2009
<b>RTE-003</b>	Decisão pelo deferimento da Cautelar Antecedente, proferida em 13 de dezembro de 2019
<b>RTE-004</b>	Linha do Tempo dos processos judiciais
<b>RTE-005</b>	Processo nº 50500.138330/2017-61

<b>RTE-006</b>	Compêndio de documentação referente às ações judiciais
<b>RTE-007</b>	Correspondência VB-GEC-0907/2016, enviada em 15 de julho de 2016
<b>RTE-008</b>	Ofício nº 18474/2019/GEFIR/SUINF/DIR-ANTT, recebido em 17 de dezembro de 2019
<b>RTE-009</b>	Petição Intercorrente da ANTT (Processo nº1009371-92.2017.4.01.3400), apresentada em 29 de abril de 2019
<b>RTE-010</b>	Acórdão nº 2104/2008 do Tribunal de Contas da União, proferido em 24 de setembro de 2008
<b>RTE-011</b>	Diagnóstico e Alternativas Frente à Queda de Desempenho das Concessões Rodoviárias Federais, recebido em 12 de setembro de 2018
<b>RTE-012</b>	Memorando nº 876/2018/SUINF, recebido em 12 de setembro de 2018
<b>RTE-013</b>	Nota Técnica nº 015/2019/GEREF/SUINF, emitida em 25 de fevereiro de 2019
<b>RTE-014</b>	Correspondência AST nº 21/2017 do BNDES, recebida em 21 de setembro de 2017
<b>RTE-015</b>	Correspondência VB-GEC 1275/2016, enviada em 30 de setembro de 2016
<b>RTE-016</b>	Parecer nº 00371/2017/PF-ANTT/PGF/AGU, apresentado em 16 de fevereiro de 2017
<b>RTE-017</b>	Decisão pelo deferimento da antecipação de tutela nos autos do processo nº 1003068-43.2018.4.01.0000, proferida em 29 de outubro de 2019
<b>RTE-018</b>	Quadro-resumo dos das razões para procedência dos pleitos da VIABAHIA questionados pela ANTT
<b>RTE-019</b>	Compêndio de documentação referente às demonstrações financeiras
<b>RTE-020</b>	Ofício nº 17991-2019-SUINF-DIR-ANTT, emitido em 10 de dezembro de 2019
<b>RTE-021</b>	Relatório das Campanhas de Comunicação da VIABAHIA, entre outubro de 2019 e março de 2020
<b>RTE-022</b>	Petição Inicial – Processo nº 1033023-70.2019.4.01.3400, apresentada em 22 de outubro de 2019

<b>RTE-023</b>	Correspondência VB-GEC-0700/2019, enviada em 19 de julho de 2019
<b>RTE-024</b>	Nota Técnica SEI Nº 3070/2019/GEFIR/SUINF-DIR, emitida em 18 de setembro de 2019
<b>RTE-025</b>	Ofício SEI nº 3350/2020/SUINF/DIR-ATT, recebido em 20 de fevereiro de 2020
<b>RTE-026</b>	Pauta da 823ª Reunião da Diretoria da ANTT, retificada em 15 de agosto de 2019
<b>RTE-027</b>	Nota Técnica SEI nº 2271/2019/GEREF/SUINF/DIR, emitida em 19 de julho de 2019
<b>Petição 2 da Requerente - Novos atos executórios da ANTT</b>	
<b>RTE-028</b>	Ofício SEI nº 4367/2020/CIPRO/SUINF/DIR/ANTT, acompanhado da Decisão nº 35/2020/CIPRO/SUINF e da respectiva GRU, todos emitidos em 23 de março de 2020
<b>RTE-029</b>	Ofício SEI nº 4324/2020/CIPRO/SUINF/DIR/ANTT, acompanhado da Decisão nº 34 /2020/CIPRO/SUINF e da respectiva GRU, todos emitidos em 23 de março de 2020
<b>RTE-030</b>	Parecer nº 00001/2020/PF/ANTT/PGF/AGU, emitido em 17 de março de 2020
<b>RTE-031</b>	Comprovante de recebimento das decisões, ofícios e GRUs referentes aos Autos de Infração nº 5656 e 5657
<b>RTE-032</b>	Correspondências VB-GEC-0358/2020, de 30 de março de 2020 e VB-GEC-0364-2020, de 31 de março de 2020, acompanhadas dos respectivos anexos.
<b>RTE-033</b>	Processo nº 50535.000504-2017-16
<b>RTE-034</b>	Processos nº 50535.001192-2017-68 e 50535.000559-2017-26
<b>Petição 4 da Requerente - Manifestação sobre fatos novos e informações inverídicas da Petição 2 da Requerida</b>	
<b>RTE-035</b>	Ofício Circular nº 001/2018/DG/ANTT, emitido em 18 de setembro de 2018
<b>RTE-036</b>	Material apresentado pela SUINF em Audiência na Câmara dos Deputados
<b>RTE-037</b>	Memorando nº 087/2018/GAB/ANTT, emitido em 11 de dezembro de 2018
<b>RTE-038</b>	Manifestação ANTT - Processo MSVia (1009797-97.2018.4.01.3400)

<b>RTE-039</b>	Tabela de pleitos de reequilíbrio não analisados em sede de Revisão Extraordinária
<b>RTE-040</b>	Nota Técnica nº 061/2018/GEREF/SUINF, emitida em 28 de setembro de 2018
<b>RTE-041</b>	Nota Técnica nº 363/2019/GEREF/SUINF, emitida em 3 de abril de 2019
<b>RTE-042</b>	Parecer Técnico nº 162/2017/GEINV/SUINF, emitido em 29 de junho de 2017
<b>RTE-043</b>	Ofício Circular nº 12/2017/GEINV/SUINF, emitido em 19 de julho de 2017
<b>RTE-044</b>	Correspondência VB-GEC 0908/2017, enviada em 21 de agosto de 2017
<b>RTE-045</b>	Aviso de Reunião Participativa nº 007/2017
<b>RTE-046</b>	Correspondência VB-GEC 0633/2017, enviada em 21 de julho de 2017
<b>RTE-047</b>	Memorando nº 400/2018/GEINV/SUINF, enviado em 13 de abril de 2018
<b>RTE-048</b>	Correspondência VB-GEC 0540/2017, enviada em 8 de junho de 2017
<b>RTE-049</b>	Ofício nº 061/2019/GEENG/SUINF, emitido em 16 de janeiro de 2019
<b>RTE-050</b>	Ofício nº 15923/2019/SUINF, emitido em 6 de novembro 2019
<b>RTE-051</b>	Correspondência VB-GEC 0737/2018, enviada em 10 de agosto de 2018
<b>RTE-052</b>	Correspondência VB-GEC 1347/2018, enviada em 28 de dezembro de 2018
<b>RTE-053</b>	Correspondência VB-GEC 1385/2018, enviada em 28 de dezembro de 2018
<b>RTE-054</b>	Decisão que concedeu a liminar nos autos do Mandado de Segurança nº 1021651-27.2019.4.01.3400, proferida em 7 de agosto de 2019
<b>RTE-055</b>	Decisão que reconheceu o cumprimento parcial da liminar deferida nos autos do Mandado de Segurança nº 1021651-27.2019.4.01.3400, proferida em 25 de setembro de 2019
<b>RTE-056</b>	Memorando nº 487/2017/GEFOR/SUINF, emitido em 22 de dezembro de 2017
<b>RTE-057</b>	Pedido de acesso à cópia integral do processo TC 010.222/2019-7 (18/09/2019)
<b>RTE-058</b>	Pedido de acesso à cópia integral do processo TC 010.222/2019-7 (24/03/2020)

<b>RTE-059</b>	Despachos de indeferimento dos pedidos de cópias proferidos pelo Min. Relator do TC 010.222/2019-7-TCU (26/09/19, 21/10/19, 18/11/19, 30/03/20 e 15/04/20)
<b>RTE-060</b>	Decisão determinando a suspensão do processo administrativo nº 50500.321761/2019-58, proferida nos autos do Processo nº 1023220-63.2019.4.01.3400
<b>RTE-061</b>	Apólice de Seguro-Garantia vinculada ao Contrato de Concessão atualmente vigente (2019/2020)
<b>RTE-062</b>	Petições da VIABAHIA nas ações judiciais notificando a instituição da arbitragem e solicitando a suspensão destes processos judiciais
<b>Petição 5 da Requerente - Alegações Iniciais</b>	
<b>RTE-063</b>	Editais de Concessão ANTT nº 001/2008, republicado em 19 de dezembro de 2008
<b>RTE-064</b>	Nota Técnica BNDES-AEP nº 10/2008, emitida em 7 de outubro de 2008
<b>RTE-065</b>	Correspondência VB-GEC 0578/2016, enviada em 16 de maio de 2016
<b>RTE-066</b>	Portaria ANTT nº 127/2019, publicada no Diário Oficial da União em 18 de abril de 2019
<b>RTE-067</b>	Portaria ANTT nº 227/2020, publicada no Diário Oficial da União em 22 de maio de 2019
<b>RTE-068</b>	Processo Administrativo nº 50500.321761/2019-58
<b>RTE-069</b>	Resolução ANTT nº 5.859/2019, publicada no Diário Oficial da União em 6 de dezembro de 2019
<b>RTE-070</b>	Parecer nº 02529/2017/PF-ANTT/PGF/AGU, emitido em 17 de novembro de 2017
<b>RTE-071</b>	Correspondência VB-GEC 0894/2017, enviada em 21 de agosto de 2017
<b>RTE-072</b>	Correspondência VB-GEC 0908/2017, enviada em 21 de agosto de 2017
<b>RTE-073</b>	Relatório de Avaliação de Conformidade Técnica dos Estudos de Tráfego, Capacidade e Níveis de Serviço, elaborado pelo Consórcio Minas Bahia, em setembro de 2018
<b>RTE-074</b>	Estudo elaborado pelo Laboratório de Transportes e Logística – LABTRANS, em abril de 2019
<b>RTE-075</b>	Correspondência da VIABAHIA enviada ao BNDES, datada de 18 de março 2016
<b>RTE-076</b>	Correspondência AST nº 005/2016 do BNDES, emitida em 19 de setembro de 2016

<b>RTE-077</b>	Email trocado entre VIABAHIA e BNDES, em 13 de outubro de 2017
<b>RTE-078</b>	Correspondência VB-GEC 1191/2019, enviada em 20 de dezembro de 2019
<b>RTE-079</b>	Resolução ANTT nº 5172/2016, publicada no Diário Oficial da União 25 de agosto de 2016
<b>RTE-080</b>	Resolução ANTT nº 675/2004, publicada no Diário Oficial da União em 9 de agosto de 2004
<b>RTE-081</b>	Garantia prestada pela ROADIS em relação ao Contrato de Financiamento
<b>RTE-082</b>	Pesquisas promovidas pela Confederação Nacional dos Transportes, em 2007 e 2019
<b>RTE-083</b>	Certificação em Gestão de Segurança Viária (ISSO 39001)
<b>RTE-084</b>	Parecer nº 404/2019/GEFIR/SUINF/DIR, emitido em 15 de julho de 2019
<b>RTE-085</b>	Programa de Exploração Rodoviária, Anexo 2 do Contrato
<b>RTE-086</b>	Planejamento Anual do 11º Ano da Concessão e da Planilha com a especificação de obras
<b>RTE-087</b>	Relatório Técnico elaborado pela Consultoria Alvarez & Marsal (Relatório A&M)
<b>RTE-088</b>	Quadro Sinótico dos pleitos da VIABAHIA na arbitragem
<b>RTE-089</b>	Linha do tempo com os principais fatos relacionados à Concessão, ao Contrato e à arbitragem
<b>RTE-090</b>	Plano de Negócios da VIABAHIA, apresentado em 19 de janeiro de 2009
<b>RTE-091</b>	Estudo de Tráfego da Licitação, elaborado em junho de 2006
<b>RTE-092</b>	Parecer Econômico elaborado pela Tendências Consultoria Integrada, em 09 de julho de 2020
<b>RTE-093</b>	Parecer nº 261/2020/CONJUR-MINFRA/CGU/AGU, emitido em 15 de abril de 2020
<b>RTE-094</b>	Correspondência VB-GEC 1084/2016, enviada em 8 de setembro de 2016
<b>RTE-095</b>	Correspondência VB-GEC 0900/2017, enviada em 20 de julho de 2017
<b>RTE-096</b>	Correspondência VB-GEC 0912/2017, enviada em 21 de agosto de 2017
<b>RTE-097</b>	Correspondência VB-GEC 0800/2018, enviada em 20 de julho de 2018
<b>RTE-098</b>	Parecer elaborado pelo Professor Alexandre Santos de Aragão, quanto à amplitude das Revisões Quinquenais e o Reequilíbrio dos Contratos de Concessão Rodoviária diante de crises econômicas



<b>RTE-099</b>	Contrato de Financiamento nº 12.2.1240.1, celebrado entre o BNDES e a VIABAHIA, em 11 de dezembro de 2012
<b>RTE-100</b>	Nota Técnica elaborada pela Consultoria Dynatest sobre obras condicionadas previstas no Contrato
<b>RTE-101</b>	Acórdão nº 1.604/2015 do Tribunal de Contas da União, proferido em 1 de julho de 2015
<b>RTE-102</b>	Parecer nº 1.176/2016/PF-ANTT/PGF/AGU, emitido em 9 de julho de 2016
<b>RTE-103</b>	Decisão proferida nos autos da Ação Civil Pública nº 1020832-27.2018.4.01.3400, em 18 de dezembro de 2018
<b>RTE-104</b>	Parecer Técnico elaborado pela Consultoria Egis sobre o impacto da majoração dos preços dos insumos betuminosos à Concessão, elaborado em 10 de julho de 2020
<b>RTE-105</b>	Estudo de Viabilidade Técnica, Econômica e Ambiental, elaborado em junho de 2006 pela IFC em convênio com o BNDES e o Ministério de Planejamento do Governo Federal do Brasil
<b>RTE-106</b>	Correspondência VB-GEC 1300/2018, enviada em 12 de dezembro de 2018
<b>RTE-107</b>	Memorando nº 135/2019/GEFIR/SUINF, emitido em 22 de fevereiro de 2019
<b>RTE-108</b>	Estudo de Revisão dos Gatilhos de Ampliação de Capacidade do Corredor BR116/BA e BR324/BA ANTT Edital nº 001/2008, elaborado pelo Eng. José Carlos Figueiredo, em 20 de abril de 2017
<b>RTE-109</b>	Correspondência VB-GEC 0536/2019, enviada em 11 de junho de 2019
<b>RTE-110</b>	Correspondência VB-GEC 0617/2018, enviada em 14 de junho de 2018
<b>RTE-111</b>	Relatório geológico Bacia sedimentar do recôncavo Rodovia BR-324 trecho entre km 545 ao 605
<b>RTE-112</b>	Relatórios de monitoração pavimento afetado por solo massapê
<b>RTE-113</b>	Relatório Técnico elaborado pela Dynatest relativamente ao comportamento do solo massapê
<b>RTE-114</b>	Correspondência VB-GEC 0298/2017, enviada em 7 de abril de 2017
<b>RTE-115</b>	Correspondência VB-GEC 1920/2015, enviada em 27 de outubro de 2015
<b>RTE-116</b>	Correspondência VB-GEC 1400/2015, enviada em 13 de agosto de 2015

<b>RTE-117</b>	Correspondência VB-GEC 1444/2015, enviada em 8 de setembro de 2015
<b>RTE-118</b>	Correspondência VB-GEC 0813/2019, enviada em 5 de setembro de 2019
<b>RTE-119</b>	Nota Técnica nº 046/2015/GEINV/SUINF, emitida em 24 de setembro de 2015
<b>RTE-120</b>	Estudo Geológico, elaborado pelo geólogo Gilberto Mattos, em julho de 2016
<b>RTE-121</b>	Estudo Geotécnico, elaborado pelo engenheiro Paulo Vilas-Boas Machado, em julho de 2016
<b>RTE-122</b>	Correspondência VB-GEC 1305/2017, enviada em 29 de novembro de 2017
<b>RTE-123</b>	Correspondências VB-GEC 0900/2016, VB-GEC 1000/2016, VB-GEC 0298/2017, VB-GEC 0340/2017 e VB-GEC 1305/2017, enviadas, respectivamente, em 14 de julho de 2016, 22 de julho de 2016, 7 de abril de 2017, 19 de maio de 2017 e 29 de novembro de 2017
<b>RTE-124</b>	Nota Técnica nº 049/2017/GEINV/SUINF, emitida em 27 de outubro de 2017
<b>RTE-125</b>	Correspondência VB-GEC 1200/2017, enviada em 4 de outubro de 2017
<b>RTE-126</b>	Ofício nº 215/2018/GEFOR/SUINF, emitido em 13 de abril de 2018
<b>RTE-127</b>	Correspondência VB-GEC 0336/2018, enviada em 16 de abril de 2018
<b>RTE-128</b>	Correspondência VB-GEC 0130/2019, enviada em 6 de fevereiro de 2019
<b>RTE-129</b>	Ofício SEI nº 962/2019/GEFIR/SUINF/DIR-ANTT, emitido em 1 de abril de 2019
<b>RTE-130</b>	Ofício CMB 003/19, emitido em 04 de abril de 2019
<b>RTE-131</b>	Ofícios SEI nº 7268/2019/GEFIR/SUINF/DIR-ANTT e 13032/2019/GEFIR/SUINF/DIR-ANTT, emitidos, respectivamente, em 26 de julho de 2019 e 3 de outubro de 2019
<b>RTE-132</b>	Correspondência VB-GEC 0336/2018, enviada em 16 de abril de 2018

<b>RTE-133</b>	Nota Técnica nº 001/CFEP/2015, emitida em 25 de fevereiro de 2015
<b>RTE-134</b>	Correspondência VB-GEC 1188/2015, enviada em 29 de julho de 2015
<b>RTE-135</b>	Nota Técnica nº 014/2016/GEINV/SUINF, emitida em 19 de maio de 2016
<b>RTE-136</b>	Nota Técnica nº 021/2016/GEINV/SUINF, emitida em 11 de julho de 2016
<b>RTE-137</b>	Memorando nº 0790/2016/SUINF, emitido em 3 de agosto de 2016
<b>RTE-138</b>	Correspondência VB-GEC 1300/2016, enviada em 7 de outubro de 2016
<b>RTE-139</b>	Nota Técnica nº 040/2016/GEINV/SUINF, emitida em 25 de outubro de 2016
<b>RTE-140</b>	Correspondências VB-GEC 1320/2016 e VB-GEC 1330/2016, enviadas, respectivamente, em 14 e 18 de outubro de 2016
<b>RTE-141</b>	Correspondência VB-GEC 1388/2016, enviada em 8 de novembro de 2016
<b>RTE-142</b>	Acórdão nº 290/2018-Plenário do Tribunal de Contas da União, proferido em 21 de fevereiro de 2018
<b>RTE-143</b>	Correspondência VB-GEC 0179/2019, enviada em 22 de fevereiro de 2019
<b>RTE-144</b>	Correspondência VB-GEC 0310/2019, enviada em 2 de abril de 2019
<b>RTE-145</b>	Estudo da Requerente sobre efeitos da alteração da Lei dos Caminhoneiros
<b>RTE-146</b>	Correspondência VB-GEC 0919/2019, enviada em 2 de outubro de 2019
<b>RTE-147</b>	Ofício Circular nº 786/2020/SUROD/DIR-ANTT, emitido em 4 de junho de 2020
<b>RTE-148</b>	Correspondência ABCR CT-006/2019, enviada em 5 de fevereiro de 2019
<b>RTE-149</b>	Correspondência ABCR CT-047/2019, enviada em 18 de novembro de 2019

<b>RTE-150</b>	Correspondência ABCR CT-064/2020, enviada em 16 de junho de 2020
<b>RTE-151</b>	Glossário de Termos Técnicos Rodoviários utilizado pelo DNIT
<b>RTE-152</b>	Portaria nº 289/2013 do Ministério do Meio Ambiente, publicada no Diário Oficial da União em 19 de julho de 2013
<b>RTE-153</b>	Licença de Operação nº 882/2009, emitida em 9 de outubro de 2009
<b>RTE-154</b>	Correspondência VB-GEC 1395/2016, enviada em 8 de novembro
<b>RTE-155</b>	Correspondência VB-GEC 0270/2017, enviada em 15 de março de 2017
<b>RTE-156</b>	Ofício nº 1233/2016/GEINV/SUINF, emitido em 5 de dezembro de 2016
<b>RTE-157</b>	Ofício nº 560/2017/GEINV/SUINF, emitido em 13 de julho de 2017
<b>RTE-158</b>	Contrato de Empreitada nº CT 1441/2015, celebrado entre VIABAHIA e Paviservice Serviços de Pavimentação Ltda.
<b>RTE-159</b>	E-mail enviado, em 9 de maio de 2016, por Tiago Ferreira Coutinho da EMBASA para Amanda West da VIABAHIA
<b>RTE-160</b>	Pedido de Compra emitido pela VIABAHIA, emitido em 6 de junho de 2016
<b>RTE-161</b>	Correspondência VB-FD 0746/2016, enviada em 18 de outubro de 2016
<b>RTE-162</b>	Correspondência VB-FD 0814/2016, enviado em 17 de novembro de 2016
<b>RTE-163</b>	Ofício nº 0419/2016/COINF-URBA/SUINF/ANTT, emitido em 11 de novembro de 2016
<b>RTE-164</b>	Correspondência VB-GEC 1438/2016, enviada em 18 de novembro de 2016
<b>RTE-165</b>	Primeiro Aditivo ao Contrato de Empreitada nº CT 1441-2015, celebrado em 22 de dezembro de 2016
<b>RTE-166</b>	Nota Técnica nº 042/2017/GEINV/SUINF, emitida em 8 de setembro de 2017
<b>RTE-167</b>	Correspondência VB-GEC 1400/2017, enviada em 1 de dezembro de 2017

<b>RTE-168</b>	Ofício nº 0834/2012/SUINF/ANTT, emitido em 13 de dezembro de 2012
<b>RTE-169</b>	Resolução ANTT nº 483/2004, publicada no Diário Oficial da União em 29 de março de 2004
<b>RTE-170</b>	Resolução ANTT nº 5172/2016, publicada no Diário Oficial da União em 25 de agosto de 2016
<b>RTE-171</b>	Contrato de Concessão celebrado entre ANTT e ECO101 Concessionária de Rodovias S.A., em 17 de abril de 2013
<b>RTE-172</b>	Contrato de Concessão celebrado entre ANTT e Concessionária das Rodovias Integradas do Sul S.A., em 11 de janeiro de 2019
<b>RTE-173</b>	Primeiro Termo Aditivo ao Contrato de Concessão celebrado entre ANTT e Transbrasiliana Concessionária de Rodovia S.A., em 17 de outubro de 2017
<b>RTE-174</b>	Correspondência VB-GEC 0301/2017, enviada em 11 de abril de 2017
<b>RTE-175</b>	Nota Técnica nº 223/2017/GEROR/SUINF, emitida em 9 de novembro de 2017
<b>RTE-176</b>	Resolução ANTT nº 5.656/2018, publicada no Diário Oficial da União em 25 de janeiro de 2018
<b>RTE-177</b>	Primeira versão da minuta do aditivo contratual ao Contrato de Concessão celebrado entre ANTT e VIABAHIA
<b>RTE-178</b>	Nota Técnica nº 063/2018/GEROR/SUINF, emitida em 16 de março de 2018
<b>RTE-179</b>	Ofício nº 0008/2018/GEREF/SUINF, emitido em 5 de junho de 2018
<b>RTE-180</b>	Parecer nº 00778/2018/PFANTT/PGF/AGU, emitido em 16 de abril de 2018
<b>RTE-181</b>	Correspondência VB-GEC 0993/2018, enviada em 20 de setembro de 2018
<b>RTE-182</b>	Correspondência VB-GEC 1200/2018, enviada em 16 de outubro de 2018
<b>RTE-183</b>	Nota Técnica nº 214/2016/GEROR/SUINF, emitida em 28 de novembro de 2016

<b>RTE-184</b>	Despacho nº 12/2019, proferido em 5 de fevereiro de 2019 pela da Gerência de Gestão Econômico-financeira de Rodovias da ANTT
<b>RTE-185</b>	Parecer Técnico nº 1432/2018/PF-ANTT/PGF/AGU, emitido em 10 de agosto de 2018
<b>RTE-186</b>	Correspondência VB-GEC 1165/2018, enviada em 29 de outubro de 2018
<b>RTE-187</b>	Correspondências VB-GEC 0229/2010, enviada em 21 de outubro de 2010
<b>RTE-188</b>	Correspondência VB-GEC 0253/2010, enviada em 9 de novembro de 2016
<b>RTE-189</b>	Nota Técnica nº 221/2016/GEROR/SUINF, emitida em 13 de dezembro de 2016
<b>RTE-190</b>	Resolução ANTT nº 5.819/2018, publicada em 10 de maio de 2019
<b>RTE-191</b>	Resolução ANTT nº 1187/2005, publicada em 16 de novembro de 2005
<b>RTE-192</b>	Nota Técnica nº 190/2015/GEROR/SUINF, emitida em 20 de novembro de 2015
<b>RTE-193</b>	Memorando nº 1761/2013/GEINV/SUINF, emitido em 5 de novembro de 2013
<b>RTE-194</b>	Correspondência VB-GEC 0062/2010, enviada em 20 de abril de 2010
<b>RTE-195</b>	Notificação 0001-2010-CVTI, emitida em 20 de maio de 2010
<b>RTE-196</b>	Correspondência VB-GEC 0093/2010, enviada em 4 de julho de 2010
<b>RTE-197</b>	Correspondência VB-GEC 0122/2010, enviado em 23 de junho de 2010
<b>RTE-198</b>	Correspondência VB-GEC 0131/2010, emitida em 8 de julho 2010
<b>RTE-199</b>	Correspondência VB-GEC 0139/2010, enviada em 26 de julho de 2010
<b>RTE-200</b>	Ofício nº 0523/2010/GEFOR/SUINF/ANTT, emitido em 25 de outubro de 2010

<b>RTE-201</b>	Nota Técnica nº 014/2018/GEFIR/SUINF, emitida em 31 de agosto de 2018
<b>RTE-202</b>	Resolução nº 3.697/2011, publicada no Diário Oficial da União em 14 de julho de 2011
<b>RTE-203</b>	Resolução nº 3.619/2010, publicada no Diário Oficial da União em 15 de dezembro de 2010
<b>RTE-204</b>	Resolução nº 3.606/2010, publicada no Diário Oficial da União em 24 de novembro de 2010
<b>RTE-205</b>	Resolução DNIT nº 01/2016, publicada no Diário Oficial da União em 14 de janeiro de 2016
<b>RTE-206</b>	Resolução DNIT nº 01/2020 DNIT, publicada no Diário Oficial da União em 6 de janeiro de 2020
<b>RTE-207</b>	Correspondência VB-GEC 0939/2015, enviada em 10 de junho de 2015
<b>RTE-208</b>	Correspondência VB-GEC 1314/2018, enviada em 7 de dezembro de 2018
<b>RTE-209</b>	Resolução DNIT nº 11/2004 DNIT, publicada no Diário Oficial da União em 25 de outubro de 2004
<b>RTE-210</b>	Ofício nº 3643/2014/SUINF, emitido em 24 de novembro de 2014
<b>RTE-211</b>	Correspondência VB-GEC 2230/2014, enviada em 3 de dezembro de 2014
<b>RTE-212</b>	Processo nº 50500.094454-2014-84
<b>RTE-213</b>	Despacho SUINF, proferido em 6 de março de 2018
<b>RTE-214</b>	Ofício nº 0903/2018/GEFIR/SUINF/ANTT, emitido em 18 de dezembro de 2018
<b>RTE-215</b>	Correspondência VB-GEC-0061/2019, enviada em 12 de fevereiro de 2019
<b>RTE-216</b>	Portaria nº 46/2016/ARTESP, publicada no Diário Oficial do Estado de São Paulo em 29 de dezembro de 2016
<b>RTE-217</b>	Resolução ANTT nº 2552/2008, publicada no Diário Oficial da União em 18 de fevereiro de 2008
<b>RTE-218</b>	Memorando Circular nº 050/2014/SUINF, emitido em 24 de setembro de 2014

<b>RTE-219</b>	Memorando Circular nº 024/2014/SUINF, emitido em 28 de maio de 2014
<b>RTE-220</b>	Parecer Técnico nº 287/2014/SUINF, emitido em 24 de setembro de 2014
<b>RTE-221</b>	Resolução nº 5888/2020, publicada no Diário Oficial da União em 18 de maio de 2020
<b>RTE-222</b>	Correspondência VB-GEC 0324/2018, enviada em 11 de abril de 2018
<b>RTE-223</b>	Ofício nº 398/2018/GEFIR/SUINF, emitido em 24 de agosto de 2018
<b>RTE-224</b>	Correspondência VB-GEC 0048/2009, enviada em 3 de dezembro de 2009
<b>RTE-225</b>	Ofício Circular nº 0002/2018/GEFIR/SUINF, emitido em 6 de junho de 2018
<b>RTE-226</b>	Memorando nº 0275/2018/SUFIS, emitido em 4 de junho de 2018
<b>RTE-227</b>	Resolução ANTT nº 5.379/2017, publicada no Diário Oficial da União em 14 de julho de 2017
<b>RTE-228</b>	Ofício nº 4986/2019/GEFIR/SUINF/DIR-ANTT, emitido em 31 de maio de 2019
<b>RTE-229</b>	Correspondência VB-GEC 0576/2019, enviada em 1 de julho de 2019
<b>RTE-230</b>	Correspondência VB-GEC 0577/2019, enviada em 1 de julho de 2019
<b>RTE-231</b>	Correspondência VB-GEC 0578/2019, enviada em 1 de julho de 2019
<b>RTE-232</b>	Correspondência VB-GEC 0579/2019, enviada em 1 de julho de 2019
<b>RTE-233</b>	Correspondência VB-GEC 1101/2019, enviada em 18 de novembro de 2019
<b>RTE-234</b>	Nota Técnica nº 4509/2019/GEFIR/SUINF, emitida em 19 de dezembro de 2019
<b>RTE-235</b>	Extrato da celebração do Convênio nº 001/2011 entre a VIABAHIA e o Departamento de Polícia Rodoviária Federal, publicado no Diário Oficial da União em 13 de janeiro de 2011



<b>RTE-236</b>	Convênio nº 001/2011 celebrado entre a VIABAHIA e o Departamento de Polícia Rodoviária Federal, em 12 de janeiro de 2011
<b>RTE-237</b>	Ofício nº 1860/2010-GAB/10ºSRPRF, emitido em 20 de setembro de 2010
<b>RTE-238</b>	Termo de Entrega, celebrado entre VIABAHIA e a Décima Superintendência da Polícia Rodoviária Federal, em 3 de fevereiro de 2011
<b>RTE-239</b>	Nota Técnica nº 23/2012/GEINV/SUINF, emitida em 10 de outubro de 2012
<b>RTE-240</b>	Nota Técnica nº 001/2018/SUINF, emitida em 18 de janeiro de 2018
<b>RTE-241</b>	Memorando nº 36/2018/SUINF, emitido em 22 de janeiro de 2018
<b>RTE-242</b>	Voto DSL 041/2018, proferido em 25 de janeiro de 2018
<b>RTE-243</b>	Despacho nº 511/2018/SUINF, proferido em 16 de novembro de 2018
<b>RTE-244</b>	Despacho de Aprovação nº 00001/2019/PF-ANTT/PGF/AGU, proferido em 16 de janeiro de 2019
<b>RTE-245</b>	Parecer nº 00959/2019/PF-ANTT/PGF/AGU, emitido em 5 de julho de 2019
<b>RTE-246</b>	Anexo Contratual nº 5 - Desconto de Reequilíbrio
<b>RTE-247</b>	Correspondência VB-GEC 0981/2018, enviada em 18 de setembro de 2018
<b>RTE-248</b>	Correspondência VB-GEC 0910/2017, enviada em 21 de agosto de 2017
<b>RTE-249</b>	Parecer Técnico nº 132/2018/GEFOR/SUINF, emitido em 19 de abril de 2018
<b>RTE-250</b>	Ofício nº 0471/2018/GEFIR/SUINF, emitido em 10 de setembro de 2018
<b>RTE-251</b>	Processo nº 50501.3275462018-70
<b>RTE-252</b>	Parecer Técnico nº 0263/2017/GEFOR/SUINF, emitido em 1 de setembro de 2017

<b>RTE-253</b>	Correspondência VB-GEC 1147/2017, enviada em 13 de outubro de 2017
<b>RTE-254</b>	Parecer Técnico nº 0289/2017/GEFOR/SUINF, emitido em 26 de outubro 2017
<b>RTE-255</b>	Correspondência VB-GEC 1215/2017, enviada em 26 de outubro de 2017
<b>RTE-256</b>	Relatórios referentes ao levantamento defectométrico e do afundamento em trilha de roda, elaborados pela Pavesys Engenharia, em 25 de outubro de 2017
<b>RTE-257</b>	Correspondência VB-GEC 0246/2018, enviada em 23 de março de 2018
<b>RTE-258</b>	Correspondência VB-GEC 0883/2018, enviada em 21 de agosto de 2018
<b>RTE-259</b>	Correspondência VB-GEC 0985/2018, enviada em 25 de setembro de 2018
<b>RTE-260</b>	Relatório Técnico-Operacional Físico Financeiro, datado de agosto de 2014
<b>RTE-261</b>	Memória de Cálculo e do Boletim de Medição referente às obras no subtrecho 15
<b>RTE-262</b>	Cópia dos autos da Medida Cautelar Pré-Arbitral nº 1033023-70.2019.4.01.3400
<b>RTE-263</b>	Resolução ANTT nº 5.083/2016, publicada no Diário Oficial da União em 2 de maio de 2016
<b>RTE-264</b>	Processo Administrativo Sancionador nº 50500.107335/2012-37
<b>RTE-265</b>	Processo Administrativo Sancionador nº 50535.003945/2014-27
<b>RTE-266</b>	Processo Administrativo Sancionador nº 50535.004387/2014-17
<b>RTE-267</b>	Processo Administrativo Sancionador nº 50535.004386/2014-72
<b>RTE-268</b>	Correspondência VB-GEC 0813/2012, enviada em 2 de outubro de 2012
<b>RTE-269</b>	Ofício nº 317/2012/COINF/URBA, emitido em 15 de outubro de 2012
<b>RTE-270</b>	Resolução ANTT nº 2.665/2008, publicada no Diário Oficial da União em 25 de abril de 2008

<b>RTE-271</b>	Resolução ANTT nº 4.071/2013, publicada no Diário Oficial da União em 24 de julho de 2013
<b>RTE-272</b>	Decisão nº 115/2019/SUINF, proferida em 23 de julho de 2019
<b>RTE-273</b>	Resolução ANTT nº 5810/2018, publicada no Diário Oficial da União em 8 de maio de 2018
<b>RTE-274</b>	Resolução ANTT nº 442/2004, publicada no Diário Oficial da União em 17 de fevereiro de 2004
<b>RTE-275</b>	Decisão nº 36/2015/GEFOR/SUINF, proferida em 15 de janeiro de 2015
<b>RTE-276</b>	Decisão nº 113/2019/SUINF, proferida em 23 de julho de 2019
<b>RTE-277</b>	Decisão nº 110/2019/SUINF, proferida em 8 de julho de 2019
<b>RTE-278</b>	Portaria ANTT nº 227/2020, publicada no Diário Oficial da União em 22 de maio de 2020
<b>RTE-279</b>	Portaria nº 184/2018/SUINF/ANTT e Anexos, publicada no Diário Oficial da União em 3 de setembro de 2018
<b>RTE-280</b>	Resolução ANTT nº 5.232/2016, publicada no Diário Oficial da União em 16 de dezembro de 2016
<b>RTE-281</b>	Ofício Circular nº 015/2018/GEENG/SUINF, emitido em 4 de setembro de 2018
<b>RTE-282</b>	Correspondência VB-GEC 0156/2019, enviada em 15 de fevereiro de 2019
<b>RTE-283</b>	Nota Técnica nº 1770/2019/COAMB/GEENG/SUINF/DIR, emitida em 17 de junho de 2019
<b>RTE-284</b>	Ofício nº 8328/2019/GEFIR/SUINF/DIR-ANTT, emitido em 25 de julho de 2019
<b>RTE-285</b>	PGR, PAE e Relatório de Acompanhamento Ambiental, os quais sempre foram fiscalizados pelo IBAMA
<b>RTE-286</b>	Correspondência CT-052/2018, enviada pela Associação Brasileira de Concessionárias de Rodovias, em 20 de dezembro de 2018
<b>RTE-287</b>	Ofício Circular nº 005/2019/GEENG/SUINF, emitido em 15 de fevereiro de 2019
<b>RTE-288</b>	Portaria nº 028/2019/SUINF/ANTT e Anexos, publicada no Diário Oficial da União em 8 de fevereiro de 2019

<b>RTE-289</b>	Portaria nº 216/2019/SUINF/ANTT, publicada no Diário Oficial da União em 5 de julho de 2019
<b>RTE-290</b>	Correspondência VB-GEC 1120/2019, enviada em 3 de dezembro de 2019
<b>RTE-291</b>	Ofício Circular nº 0011/2018/SUINF, emitido em 16 de novembro de 2018
<b>RTE-292</b>	Correspondência VB-GEC 0750/2019, enviada em 30 de agosto de 2019
<b>RTE-293</b>	Ofício SEI nº 12209/2020/GEENG/SUROD/DIR-ANTT, emitido em 3 de julho de 2020
<b>RTE-294</b>	Acórdão nº 1922/2011 do Tribunal de Contas da União, proferido em 27 de julho de 2011
<b>RTE-295</b>	Ofício nº CT-054/2019, enviado pela Associação Brasileira de Concessionárias de Rodovias, em 17 de dezembro de 2019
<b>RTE-296</b>	Aviso de Audiência Pública nº 05/2019 da ANTT, publicado no Diário Oficial da União em 24 de maio de 2019
<b>RTE-297</b>	Resolução ANTT nº 3.651/2011, publicada no Diário Oficial em 12 de abril de 2011
<b>RTE-298</b>	Correspondência VB-GEC 025/2018, enviada em 5 de janeiro de 2018
<b>RTE-299</b>	Ofício nº 0056/2018/COINF/URBA, emitido em 27 de março de 2018
<b>RTE-300</b>	Ofício nº 18507/2019/GEFIR/SUINF/DIR-ANTT, emitido em 20 de dezembro de 2019
<b>RTE-301</b>	Ofício nº 921/2018/GEFIR/SUINF, emitido em 20 de dezembro de 2018
<b>RTE-302</b>	Ofício nº 0509/2012/COINF/URBA, emitido em 26 de dezembro de 2012
<b>RTE-303</b>	Ofício nº 1990/2014/GEINV/SUINF, emitido em 22 de dezembro de 2014
<b>RTE-304</b>	Correspondências VB-GEC 0426/2015, VB-GEC 0523/2016, VB-GEC 0756/2018, VB-GEC 1221/2018, VB-GEC 1390/2018, enviadas, respectivamente em 10 de abril de 2015, 6 de maio de 2016, 19 de julho de 2018, 11 de novembro de 2018 e 28 de dezembro 2018

<b>RTE-305</b>	Ofícios nº 185/2015/GEPRO/SUINF, 1544/2016/GEPRO/SUINF, 1388/2018/GEENG/SUINF, 1764/2018/GEENG/SUINF, 0163/2019/GEENG/SUINF, emitidos, respectivamente, em 12 de maio de 2015, 2 de setembro de 2016, 24 de outubro de 2018, 21 de dezembro de 2018 e 1 de fevereiro de 2019
<b>RTE-306</b>	Parecer Técnico 0091/2019/GEENG/SUINF, emitido em 1 de fevereiro de 2019
<b>RTE-307</b>	Nota Técnica nº 08/2019/GEFIR/SUINF, emitido em 26 de março de 2019
<b>RTE-308</b>	Nota Técnica nº 925/2019/GEFIR/SUINF, emitida em 29 de abril de 2019
<b>RTE-309</b>	Ofício nº 0814/2019/GEENG/SUINF, emitido em 3 de dezembro de 2019
<b>RTE-310</b>	Ofício Circular nº 0005/2018/GEFOR/SUINF, emitido em 16 de março de 2018
<b>RTE-311</b>	Ofício Circular nº 0009/2018/GEFOR/SUINF, emitido em 7 de maio de 2018
<b>RTE-312</b>	Ofício Circular nº 0020/2018/GEFIR/SUINF, emitido em 10 de outubro de 2018
<b>RTE-313</b>	Ofício Circular nº 0023/2018/GEFIR/SUINF, emitido em 5 de novembro de 2018
<b>RTE-314</b>	Correspondência VB-GEC 1295/2018, enviada em 30 de novembro de 2018
<b>RTE-315</b>	Correspondência VB-GEC 1299/2018, enviada em 3 de dezembro de 2018
<b>RTE-316</b>	Correspondência VB-GEC 1366/2018, enviada em 18 de dezembro de 2018
<b>RTE-317</b>	Correspondência VB-GEC 0341/2019, enviada em 8 de abril de 2019
<b>RTE-318</b>	Ofício Circular nº 274/2019/SUINF/DIR-ANTT, emitido em 10 de maio de 2019
<b>RTE-319</b>	Ofício Circular nº 266/2019/GEFIR/SUINF/DIR-ANTT, emitido em 13 de maio de 2019
<b>RTE-320</b>	Correspondência VB-GEC 0492/2019, enviada em 31 de maio de 2019

<b>RTE-321</b>	Ofício nº 5122/2019/GEFIR/SUINF/DIR-ANTT, enviada em 3 de junho de 2019
<b>RTE-322</b>	Correspondência VB-GEC 0560/2019, enviada em 26 de junho de 2019
<b>RTE-323</b>	Correspondência VB-GEC 1486/2016, enviada em 2 de dezembro de 2016
<b>RTE-324</b>	Ofício nº 0428/2017/GEINV/SUINF, emitido em 6 de junho de 2017
<b>RTE-325</b>	Correspondências VB-GEC 0630/2017, VB-GEC 0778/2017, VB-GEC 0997/2018, VB-GEC 1217/2018, VB-GEC 1336/2018, VB-GEC 0011/2019, enviadas, respectivamente, em 22 de junho de 2017, 28 de julho de 2017, 18 de setembro de 2018, 12 de novembro de 2018, 13 de dezembro de 2018 e 4 de janeiro de 2019
<b>RTE-326</b>	Ofícios nº 585/2017/GEINV/SUINF, 819/2017/GEINV/SUINF, 1507/2018/GEENG/SUINF, 1643/2018/GEENG/SUINF, 1796/2018/GEENG/SUINF, 063/2019/GEENG/SUINF, emitidos, respectivamente, em 17 de julho de 2017, 13 de setembro de 2017, 1 de novembro de 2018, 29 de novembro de 2018, 26 de dezembro de 2018 e 16 de janeiro de 2019
<b>RTE-327</b>	Ofício SEI nº 12387/2020/GEFIR/SUROD/DIR-ANTT, emitido em 7 de julho de 2020
<b>RTE-328</b>	Voto nº 62/2020 do Diretor Davi Barreto, proferido em 26 de maio de 2020
<b>RTE-329</b>	Ofício nº 01/2013 da Associação Rural Nossa Senhora da Piedade enviado em 13 de março de 2013
<b>RTE-330</b>	Ofício nº 70/2013/COINF/URBA, emitido em 13 de março de 2013
<b>RTE-331</b>	Correspondência VB-GEC 0318/2013, enviada em 19 de março de 2013
<b>RTE-332</b>	Ofício nº 2042/2013/GEINV/SUINF, emitido em 29 de agosto de 2013
<b>RTE-333</b>	Correspondência VB-GEC 1080/2013, enviada em 5 de setembro de 2013
<b>RTE-334</b>	Ofício nº 2210/2013/GEINV/SUINF, emitido em 27 de setembro de 2013

<b>RTE-335</b>	Ofício nº 2232/2013/GEINV/SUINF, emitido em 2 de outubro de 2013
<b>RTE-336</b>	Correspondência VB-GEC 0307/2014, enviada em 20 de fevereiro de 2014
<b>RTE-337</b>	Ofício nº 0999/2014/SUINF, emitido em 9 de abril de 2014
<b>RTE-338</b>	Correspondências VB-GEC 1483/2014, VB-GEC 1928/2015, VB-GEC 0270/2016 e VB-GEC 0943/2016, enviadas em 19 de setembro de 2014, 6 de novembro de 2015, 3 de março de 2016 e 26 de agosto de 2016
<b>RTE-339</b>	Ofícios nº 0054/2015/GEPRO/SUINF e 0619/2016/GEINV/SUINF, emitidos em 13 de abril de 2015 e 2 de junho de 2016
<b>RTE-340</b>	Correspondência VB-GEC 0972/2018, enviada em 13 de setembro de 2018
<b>RTE-341</b>	Ofício nº 674/2018/GEFIR/SUINF, emitido em 24 de outubro de 2018
<b>RTE-342</b>	Correspondência VB-GEC 0772/2019, enviada em 26 de agosto de 2019
<b>RTE-343</b>	Despacho da GEFIR, proferido em 25 de abril de 2020
<b>RTE-344</b>	Parecer Técnico nº 099/2015/COINF/URBA, emitido em 28 de maio de 2015
<b>RTE-345</b>	Correspondência VB-GEC 0057/2016, enviada em 18 de janeiro de 2016
<b>RTE-346</b>	Ofício nº 0419/2016/GEINV/SUINF, emitido em 11 de abril de 2016
<b>RTE-347</b>	Correspondência VB-GEC 0701/2016, enviada em 6 de junho de 2016
<b>RTE-348</b>	Correspondência VB-GEC 0592/2017, enviada em 21 de junho de 2017
<b>RTE-349</b>	Correspondência VB-GEC 0398/2019, enviada em 3 de maio de 2019
<b>RTE-350</b>	Correspondência VB-GEC 1202/2019, enviada em 21 de dezembro de 2019
<b>RTE-351</b>	Ofício nº 738/2014/GAB/10ºSRPRF/BA, emitido em 29 de maio de 2014

<b>RTE-352</b>	Ofício nº 107/2014/GABINP, emitido em 19 de maio de 2014
<b>RTE-353</b>	Ofício nº 162/2014/COINF/URBA, emitido em 11 de julho de 2014
<b>RTE-354</b>	Parecer Técnico nº 094/2014/COINF/URBA, emitido em 18 de julho de 2014
<b>RTE-355</b>	Ofício nº 0419/2016/GEINV/SUINF, emitido em 11 de abril de 2016
<b>RTE-356</b>	Correspondência VB-GEC 0171/2017, enviada em 2 de junho de 2017
<b>RTE-357</b>	Correspondência VB-GEC 0191/2011, enviada em 31 de maio de 2011
<b>RTE-358</b>	Ofício nº 1291/2013/GEINV/SUINF, emitido em 15 de maio de 2013
<b>RTE-359</b>	Correspondência VB-GEC 0210/2016, enviada em 18 de fevereiro de 2016
<b>RTE-360</b>	Ofício nº 474/2016/GEINV/SUINF, emitido em 2 de maio de 2016
<b>RTE-361</b>	Correspondências VB-GEC 1230/2016, VB-GEC 0170/2017 e VB-GEC 0725/2017, enviadas, respectivamente, em 26 de setembro de 2016, 9 de março de 2017 e 19 de julho de 2017
<b>RTE-362</b>	Ofícios nº 2415/2016/GEPRO/SUINF, 0731/2017/GEPRO/SUINF e 1333/2017/GEPRO/SUINF, emitidos, respectivamente, em 29 de dezembro de 2016, 11 de maio de 2017 e 14 de agosto de 2017
<b>RTE-363</b>	Ofício GASEC nº 2026/2015, emitido em 19 de outubro de 2015
<b>RTE-364</b>	Ofício GASEC nº 2.051/2015, emitido em 27 de outubro de 2015
<b>RTE-365</b>	Correspondência VB-GEC 0066/2016, enviada em 13 de janeiro de 2016
<b>RTE-366</b>	Ofício nº 112/2016/SUINF/ANTT, emitido em 28 de janeiro de 2016
<b>RTE-367</b>	Correspondência VB-GEC 0153/2016, enviada em 11 de fevereiro de 2016
<b>RTE-368</b>	Ofício nº 0822/2016/GEPRO/SUINF, emitido em 27 de maio de 2016
<b>RTE-369</b>	Correspondência VB-GEC 0895/2016, enviada em 14 de julho de 2016



<b>RTE-370</b>	Ofício nº 1280/2016/GEPRO/SUINF, emitido em 25 de julho de 2016
<b>RTE-371</b>	Correspondência VB-GEC 1375/2016, enviada em 4 de novembro de 2016
<b>RTE-372</b>	Ofício nº 2131/2016/GEPRO/SUINF, emitido em 21 de novembro de 2016
<b>RTE-373</b>	Correspondência VB-GEC 0162/2018, enviada em 22 de fevereiro de 2018
<b>RTE-374</b>	Correspondência VB-GEC 0640/2018, enviada em 28 de junho de 2018
<b>RTE-375</b>	Correspondência VB-GEC 1024/2018, enviada em 28 de setembro de 2018
<b>RTE-376</b>	Correspondência VB-GEC 0908/2019, enviada em 3 de outubro de 2019
<b>RTE-377</b>	Ofício nº 0083/2020/GEENG/SUINF, emitido em 28 de fevereiro de 2020
<b>RTE-378</b>	Requerimento do Deputado Estadual José Cerqueira de Santana Neto, apresentado em 26 de fevereiro de 2014
<b>RTE-379</b>	Ofício nº 0016/2014/DNM/ANTT, emitido em 3 de abril de 2014
<b>RTE-380</b>	Ofício nº 1505/2014/SUINF, emitido em 27 de maio de 2014
<b>RTE-381</b>	Correspondência VB-GEC 1071/2014, enviada em 13 de junho de 2014
<b>RTE-382</b>	Correspondência VB-GEC 0126/2016, enviada em 2 de fevereiro de 2016
<b>RTE-383</b>	Ofício nº 0454/2016/GEINV/SUINF, emitido em 18 de abril de 2016
<b>RTE-384</b>	Correspondência VB-GEC 0133/2017, enviada em 19 de abril de 2017
<b>RTE-385</b>	Ofício nº 496/2017/SUINF emitido em 10 de outubro de 2017
<b>RTE-386</b>	Ofício nº 0091/2018/GEINV/SUINF, emitido em 31 de janeiro de 2018
<b>RTE-387</b>	Correspondência VB-GEC 0160/2018, enviada em 20 de fevereiro de 2018

<b>RTE-388</b>	Ofício nº 1337/2018/GEENG/SUINF, emitido em 2 de outubro de 2018
<b>RTE-389</b>	Declaração de Compromisso da Prefeitura Municipal de Feira de Santana, assinada em 5 de outubro de 2018
<b>RTE-390</b>	Correspondência VB-GEC 1085/2018, enviada em 5 de outubro de 2018
<b>RTE-391</b>	Correspondência VB-GEC 0771/2019, enviada em 26 de agosto de 2019
<b>RTE-392</b>	Ofício nº 0695/2019/GEENG/SUINF, emitido em 30 de setembro de 2019
<b>RTE-393</b>	Correspondência VB-GEC 0430/2020, enviada em 6 de maio de 2020
<b>RTE-394</b>	Ofício nº 0324/2020/GEENG/SUINF, emitido em 28 de maio de 2020
<b>RTE-395</b>	Correspondência VB-GEC 0606/2014, enviada em 28 de abril de 2014
<b>RTE-396</b>	Correspondência VB-GEC 1657/2015, enviada em 14 de setembro de 2015
<b>RTE-397</b>	Correspondências VB-GEC 0528/2016, VB-GEC 1376/2016, VB-GEC 0433/2018, VB-GEC 0650/2019 e VB-GEC 0482/2020, enviadas, respectivamente, em 11 de maio de 2016, 4 de novembro de 2016, 9 de agosto de 2019 e 28 de maio de 2020
<b>RTE-398</b>	Ofícios nº 1279/2016/GEPRO/SUINF, 2187/2016/GEPRO/SUINF, 1136/2018/GEENG/SUINF, 0656/2019/GEENG/SUINF e Ofício nº 0353/2020/GEENG/SUINF, emitidos, respectivamente, em 25 de julho de 2016, 8 de novembro de 2016, 23 de agosto de 2018, 25 de setembro de 2019 e 23 de junho de 2020
<b>RTE-399</b>	Convênio de Delegação, celebrado entre União/ANTT e VIABAHIA, em 5 de junho de 2008
<b>RTE-400</b>	Nota Técnica nº 35/2014/GEINV/SUINF, emitida em 22 de setembro de 2014
<b>RTE-401</b>	Correspondência VB-GEC 0202/2011, enviada em 2 de junho de 2011
<b>RTE-402</b>	Ofício nº 1957/2011/GEINV/SUINF, emitido em 10 de novembro de 2011
<b>RTE-403</b>	Nota Técnica nº 22/2011/GEINV/SUINF, emitida em 9 de novembro de 2011
<b>RTE-404</b>	Correspondência nº VB-GEC 1090/2013, enviada em 6 de setembro de 2013

<b>RTE-405</b>	Nota Técnica nº 30/2013/GEINV/SUINF, emitida em 4 de outubro de 2013
<b>RTE-406</b>	Ofício nº 1286/2014/GEINV/SUINF, emitido em 22 de agosto de 2014
<b>RTE-407</b>	Correspondência VB-GEC 1640/2014, enviada em 4 de setembro de 2014
<b>RTE-408</b>	Correspondência VB-GEC 1434/2015, enviada em 20 de agosto de 2015
<b>RTE-409</b>	Nota Técnica nº 052/2015/GEINV/SUINF, emitida em 13 de novembro de 2015
<b>RTE-410</b>	Correspondência VB-GEC 1000/2016, enviada em 22 de julho de 2016
<b>RTE-411</b>	Nota Técnica nº 41/2016/GEINV/SUINF, emitida em 27 de outubro de 2016
<b>RTE-412</b>	Correspondência VB-GEC 0696/2017, enviada em 12 de julho de 2017
<b>RTE-413</b>	Ofício nº 593/2017/GEINV/SUINF, emitido em 17 de julho de 2017
<b>RTE-414</b>	Correspondência VB-GEC 0882/2017, enviada em 17 de agosto de 2017
<b>RTE-415</b>	Ofício nº 849/2017/GEINV/SUINF, emitido em 22 de setembro de 2017
<b>RTE-416</b>	Ofício nº 391/2018/GEFIR/SUINF, emitido em 22 de agosto de 2018
<b>RTE-417</b>	Ofício nº 215/2019/GEFIR/SUINF, emitido em 28 de fevereiro de 2019
<b>RTE-418</b>	Correspondência VB-GEC-0493/2019, enviada em 21 de junho de 2019
<b>RTE-419</b>	Portaria nº 198/2018/SUINF/ANTT, publicada no Diário Oficial da União em 18 de maio de 2018
<b>RTE-420</b>	Parecer Técnico nº 249/2016/GEINV/SUINF, emitido em 25 de outubro de 2016
<b>RTE-421</b>	Ofício nº 1199/2016/GEINV/SUINF, emitido em 30 de novembro de 2016
<b>RTE-422</b>	Correspondência nº VB-GEC 1488/2016, enviada em 29 de novembro de 2016
<b>RTE-423</b>	Ofício nº 1983/2017/GEPRO/SUINF, emitido em 11 de dezembro de 2017
<b>RTE-424</b>	Ofício Circular nº 002/2019/SUINF, emitido em 28 de janeiro de 2019
<b>RTE-425</b>	Ofício Circular nº 007/2018/SUINF, emitido em 29 de agosto de 2018

<b>RTE-426</b>	Correspondência VB-GEC 0300/2020, enviada em 10 de março de 2020
<b>RTE-427</b>	E-mail enviado por Paulo Santos (LABTRANS) à Fernanda Carteador (VIABAHIA), em 3 de julho de 2020
<b>RTE-428</b>	Correspondência VB-GEC 0067/2016, enviada em 13 de janeiro de 2016
<b>RTE-429</b>	Portaria nº 378/2015 do Ministério dos Transportes, publicada no Diário Oficial da União em 8 de dezembro de 2015
<b>RTE-430</b>	Portaria ANTT nº 46/2014, publicada no Diário Oficial da União em 24 de março de 2014
<b>RTE-431</b>	Ofício nº 0105/2016/GEINV/SUINF, emitido em 28 de janeiro de 2016
<b>RTE-432</b>	Correspondência VB-GEC 0206/2016, enviada em 24 de fevereiro de 2016
<b>RTE-433</b>	Guia de Redução de Acidentes com Base em Medidas de Engenharia de Baixo Custo do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem
<b>RTE-434</b>	Ofício nº 0043/2016/COINF-URBA/SUINF, emitido em 23 de fevereiro de 2016
<b>RTE-435</b>	Correspondência VB-GEC 0383/2018, enviada em 25 de abril de 2018
<b>RTE-436</b>	Ofício nº 399/2018/GEFIR/SUINF, emitido em 24 de agosto de 2018
<b>RTE-437</b>	Correspondência VB-GEC 1042/2018, enviada em 2 de outubro de 2018
<b>RTE-438</b>	Correspondência VB-GEC 1309/2018, enviada em 17 de dezembro de 2018
<b>RTE-439</b>	Ofício nº 5125/2019/SUINF/DIR-ANTT, emitido em 5 de junho de 2019
<b>RTE-440</b>	Correspondência VB-GEC-0567/2019, enviada em 21 de junho de 2019
<b>RTE-441</b>	Correspondência VB-GEC 0708/2019, enviada em 5 de agosto de 2019
<b>RTE-442</b>	Ofício nº 10778/2019/GEFIR/SUINF/DIR-ANTT, emitido em 27 de agosto de 2019
<b>RTE-443</b>	Correspondência VB-GEC 0810/2019, enviada em 3 de setembro de 2019
<b>RTE-444</b>	Ofício nº 0705/2019/GEENG/SUINF, emitido em 1 de outubro de 2019
<b>RTE-445</b>	Ofício nº 0509/2012/COINF/URBA, emitido em 26 de dezembro de 2012

<b>RTE-446</b>	Correspondência VB-GEC 0015/2013, enviada em 8 de janeiro de 2013
<b>RTE-447</b>	Ofício nº 1063/2013/GEINV/SUINF, emitido em 1 de abril de 2013
<b>RTE-448</b>	Correspondência VB-GEC 0019/2014, enviada em 9 de janeiro de 2014
<b>RTE-449</b>	Ofício nº 0856/2015/GEFIR/SUINF, emitido em 12 de novembro de 2015
<b>RTE-450</b>	Correspondências VB-GEC 0494/2016, VB-GEC 1282/2016, VB-GEC 0461/2018, VB-GEC 0605/2019, VB-GEC 1030/2019 e VB-GEC 0467/2020 enviadas, respectivamente, em 3 de maio de 2016, 3 de novembro de 2016, 17 de maio de 2018, 9 de agosto de 2019, 30 de outubro de 2019 e 22 de maio de 2020
<b>RTE-451</b>	Ofícios nº 1126/2016/GEPRO/SUINF, 2159/2016/GEPRO/SUINF, 1554/2018/GEENG/SUINF, 0704/2019/GEENG/SUINF e 0861/2019/GEENG/SUINF, emitidos, respectivamente, em 7 de julho de 2016, 24 de novembro de 2016, 12 de novembro de 2018, 1 de outubro de 2019 e 24 de janeiro de 2020
<b>RTE-452</b>	Ofício nº 155/15 da Câmara Municipal de Amélia Rodrigues/BA, emitido em 23 de novembro de 2015
<b>RTE-453</b>	Correspondência VB-GEC 0065/2016, enviada em 13 de janeiro de 2016
<b>RTE-454</b>	Correspondência VB-GEC 0208/2016, enviada em 24 de fevereiro de 2016
<b>RTE-455</b>	Ofício nº 0442/2018/GEFIR/SUINF, emitido em 4 de setembro de 2018
<b>RTE-456</b>	Correspondência VB-GEC 1041/2018, enviada em 2 de outubro de 2018
<b>Petição 7 da Requerente Réplica</b>	
<b>RTE-457</b>	Parecer jurídico elaborado pela Professora Maria Sylvia Zanella Di Pietro, quanto à qualificação jurídica e efeitos ao Contrato da depressão econômica e o do solo de massapê
<b>RTE-458</b>	Parecer jurídico elaborado por Ernesto Tzirulnik, quanto à qualificação e efeitos da depressão econômica e o do solo de massapê no âmbito securitário
<b>RTE-459</b>	Relatório técnico complementar elaborado pela Consultoria Alvarez & Marsal (Relatório Complementar A&M)
<b>RTE-460</b>	Parecer econômico elaborado por Bráulio Borges, quanto à particularidade da crise iniciada em 2014 e o fenômeno da histerese

<b>RTE-461</b>	Relatório financeiro elaborado pela KPMG Brasil, quanto aos os impactos sofridos à TIR do Contrato e a realização de investimentos pela VIABAHIA
<b>RTE-462</b>	Parecer jurídico elaborado pelo Professor Egon Bockmann Moreira, que detalha a ilegalidade da Resolução nº 5.859/2019
<b>RTE-463</b>	Quadro Sinótico Atualizado dos pleitos da VIABAHIA na arbitragem
<b>RTE-464</b>	Acórdão nº 683/2010 do Tribunal de Contas da União, proferido em 7 de abril de 2010
<b>RTE-465</b>	Planilha de cálculo tarifário elaborada pela ANTT no âmbito do processo das 9ª Revisão Ordinária e 12ª Revisão Extraordinária
<b>RTE-466</b>	Estudo de tráfego elaborado pela Consultoria SHD
<b>RTE-467</b>	Relatório de Avaliação de Conformidade Técnica de Estudos de Tráfego, Capacidade e Níveis de Serviço, elaborado pela Consultoria Minas Bahia
<b>RTE-468</b>	Ofício nº 0061/2019/GEENG/SUINF, emitido em 17 de janeiro de 2019
<b>RTE-469</b>	Histórico das licenças solicitadas pela Requerente necessárias à execução das obras
<b>RTE-470</b>	Ofício nº 17198-2020-GEFIR-SUROD-DIR-ANTT, emitido em 16 de setembro de 2020
<b>RTE-471</b>	Correspondência VB-GEC-1010/2020, enviada em 1 de outubro de 2020
<b>RTE-472</b>	Correspondência VB-GEC-0187/2010, enviada em 13 de setembro de 2010
<b>RTE-473</b>	Cópia Integral da Ação Civil Pública nº 0006049-88.2011.4.01.3304
<b>RTE-474</b>	Ofício Circular nº 923/2020/GEENG/SUROD/DIR-ANTT, emitido em 3 de julho de 2020
<b>RTE-475</b>	Ofício nº 19458/2020/SUROD/DIR-ANTT, emitido em 20 de outubro de 2020
<b>RTE-476</b>	Voto proferido pelo Ministro Moreira Alves no âmbito da ADIn 493-0-DF
<b>RTE-477</b>	Correspondência VB-GEC-0885/2020, enviada em 14 de setembro de 2020
<b>RTE-478</b>	Correspondência VB-GEC-0780/2020, enviada em 18 de agosto de 2020
<b>RTE-479</b>	Correspondência VB-GEC-1000/2020, enviada em 9 de outubro de 2020
<b>RTE-480</b>	Ofício nº 17594/2020/CPROJ/GEENG/SUROD/DIR-ANTT, enviado em 1 de outubro de 2020

<b>RTE-481</b>	Correspondência VB-GEC-1095/2020, enviada em 20 de outubro de 2020
<b>RTE-482</b>	Contrato celebrado com a empresa Kria Tecnologia, em 21 de agosto de 2020
<b>RTE-483</b>	Nota fiscal referente aos serviços contratados para armazenar os dados a partir da integração do sistema do Projeto SIR
<b>RTE-484</b>	Correspondência VB-GEC-0542/2020, enviada em 17 de junho de 2020
<b>RTE-485</b>	Relatório referente ao orçamento dos custos complementares relacionados às obras não originalmente previstas no PER, cuja execução já foi aprovada pela Requerida
<b>Petição 11 da Requerente</b>	
<b>Manifestação sobre documentos e pedidos novos da Requerida</b>	
<b>RTE-486</b>	Nota Técnica elaborada pela Alvarez & Marsal
<b>Petição 12 da Requerente</b>	
<b>Manifestação sobre a Petição 11 da Requerida e pedido de concessão de medida cautelar</b>	
<b>RTE-487</b>	Correspondência VB-GEC-0340/2021, enviada em 07 de abril de 2021
<b>RTE-488</b>	Ofício nº 10417/2021/SUROD/DIR/ANTT, emitido em 12 de abril de 2021
<b>RTE-489</b>	Ofício SEI nº 10887/2021/SUROD/DIR-ANTT, emitido em 19 de abril de 2021
<b>RTE-490</b>	Correspondência VB-GEC-0450/2021, enviada em 28 de abril de 2021
<b>RTE-491</b>	Correspondência VB-GEC-1220/2020, enviada em 19 de novembro de 2020
<b>RTE-492</b>	Nota Técnica SEI nº 1035/2020/SUEXE/DIR, emitida em 12 de março de 2020
<b>RTE-493</b>	Processo Administrativo nº 50500.017557-2020-79
<b>Petição 13 da Requerente</b>	
<b>Juntada da manifestação apresentada nos autos do Processo Administrativo referente à Revisão Quinquenal</b>	
<b>RTE-494</b>	Correspondência VB-GEC-0500/2021, enviada em 10 de maio de 2021
<b>Petição 14 da Requerente</b>	
<b>Juntada de Carta apresentada nos autos do Processo Administrativo referente à Revisão Quinquenal</b>	
<b>RTE-495</b>	Correspondência VB-GEC-0520-2021, enviada em 14 de maio de 2021
<b>RTE-496</b>	Ofício SEI nº 11899/2021/SUROD/DIR-ANTT, emitido em 30 de abril de 2021

<b>Petição 16 da Requerente</b>	
<b>Fato novo relevante para o Pedido Cautelar da Requerente</b>	
<b>RTE-497</b>	Vídeo integral da audiência pública realizada na Comissão de Fiscalização Financeira e Controle da Câmara dos Deputados
<b>RTE-498</b>	Trecho da audiência pública realizada na Comissão de Fiscalização Financeira e Controle da Câmara dos Deputados referente à VIABAHIA
<b>RTE-499</b>	Vídeo da reportagem realizada pelo jornal Brasil Urgente – BA da rede TV BAND
<b>RTE-500</b>	Substabelecimento - Pedro Henrique Magalhães Marcolin